



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 de setembro de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21961

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite a todos e a todas.

Presidindo a Comissão de Administração Pública, declaro abertos os trabalhos da 5ª Audiência Pública do ano de 2026, convocada para o dia de hoje, 25 de setembro de 2026.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online.

O tema da audiência pública é a importância das bibliotecas, profissionais e alunos, dentre outros, bem como formação técnica em biblioteconomia, conforme o Requerimento da Comissão de Administração Pública 4/2026, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli.

Vamos à composição da Mesa. Quero chamar: a Sra. Ana Cláudia Martins, Presidenta do 8º Conselho Regional, o CRB8; a Sra. Dalgiza Andrade Oliveira, Presidenta do Conselho Federal de Biblioteconomia; a Sra. Jaqueline Melo, Coordenadora Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do MEC, que está de forma virtual; o Sr. Marcos Antônio de Araújo, Coordenador da Comissão Temporária de Bibliotecas Escolares e Públicas; e a Sra. Lucimeire, que representa a Secretaria Municipal de Educação.

Virtualmente, está acompanhando a nossa audiência pública a Vereadora Amanda Vettorazzo, do União Brasil. A Presidenta, que é a Vereadora Edir Sales, não está nos acompanhando. Pediu para eu presidir neste momento, até porque eu fui o requerente desta audiência pública, mas mandou um abraço carinhoso para todos vocês. Está bem?

Comento um pouco sobre a ideia da audiência pública. Nós já fizemos, ao longo dos últimos anos, algumas audiências públicas para tratar de alguns temas referentes à questão das bibliotecas na cidade de São Paulo. Não é, Sra. Cláudia? Sempre falo que, para o pessoal da minha geração, por exemplo, a biblioteca teve um papel excepcional em nossas vidas. Principalmente para nós, que viemos da periferia e ainda estamos nela, havia poucas bibliotecas na cidade. Considerando equipamentos culturais, uma casa de cultura, por exemplo, na minha região de Sapopemba, nem existe hoje, ainda. Quer dizer, a biblioteca ainda é um dos poucos equipamentos de cultura que existem na cidade.

É claro que hoje falar em biblioteca não é só biblioteca na área da cultura. Eu acho

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 2 DE 44

que a Sra. Rosemeire, inclusive, discute mais a questão das bibliotecas nos CEUs. Hoje, para mim, em Sapopemba, existem CEUs e a sociedade também pode usufruir dessas bibliotecas, mas, naquela época, não havia os CEUs. Se queremos discutir uma cidade leitora, um Brasil em que o cidadão seja leitor, temos de discutir o papel das bibliotecas, tanto da área da cultura como da área de educação. Mais ainda, eu acho que temos de estar sempre abertos para discutir várias questões, de como ampliar, de como melhorá-las, de como fazê-las mais atrativas.

Eu sou professor da rede municipal de São Paulo. Leciono matemática e sempre falo, aonde eu vou, que, hoje, como professor, eu tenho uma sala de aula do mesmo jeito de quando eu era aluno. A sala de aula não mudou, e a sociedade mudou tanto! Ou seja, como é que vamos fazer a unidade escolar ser mais atrativa? Eu sempre brinco. Falo que as unidades escolares deviam ser todas mini-CEUs, discutindo-se lazer, cultura e esporte, tudo lá.

Tudo bem: sabemos que isso também está permeado na unidade escolar, porque temos várias disciplinas que trabalham essas questões, bem como a interseccionalidade, mas não é encarado isso como uma mudança real. Eu acho que ainda estamos tangenciando essas relações, e a biblioteca também não pode ser uma biblioteca igual àquela a que eu ia, 40 anos atrás.

Como é que pensamos sobre essas questões? Acho que essas questões têm de estar abertas. Ainda mais, estou vendo que há vários alunos aqui, e eu acho que a geração de vocês tem de fomentar essa discussão, tem de pautar essa discussão na sociedade, na Câmara Municipal, para os governos pensarem e refletirem sobre isso.

Temos muitas dificuldades. Eu visito muitas bibliotecas, seja da área da cultura, seja da área da educação. Por exemplo, se você for às nossas bibliotecas municipais – quando falo de bibliotecas, estou falando das duas –, vê que falta servidor público naquelas unidades. Há poucos servidores públicos.

Vou falar bem de lá de trás. Eu acho que vocês nem tinham nascido ainda, mas, por exemplo, na época da Prefeita Luiza Erundina, às vezes íamos para uma biblioteca que tinha oito ou nove bibliotecários. Essa pessoa não estava ali só para receber as pessoas para a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 3 DE 44

biblioteca. Não, elas iam até a sociedade. Ou seja, elas iam à associação de bairro ou à igreja. Elas iam fomentar que outros agentes territoriais fizessem um incentivo para as pessoas terem acesso ao livro facilmente.

Vamos falar a verdade, gente: livro é muito caro neste país. Quer dizer, se você já nem garantiu o acesso, que é ele ter a possibilidade de ter um livro na mão, ele não vai deixar de comprar o arroz e o feijão para o filho dele para comprar um livro. Então, já estamos excluindo boa parte da sociedade da possibilidade de realmente ser leitora.

Falo da minha realidade, que é a periferia. Vou falar pelos meus pais. Meus pais são semianalfabetos. Estudaram até a quarta série na Itália. Chegaram aqui e não sabiam quase nada da língua portuguesa. Ou seja, as nossas famílias não são famílias em que você se levanta de manhã e está acostumado a ver o pai lendo um jornal físico ou mesmo no celular ou em outro lugar. Você não vai sair à noite e ver sua mãe lá, lendo um livro. Isso é muito raro na nossa sociedade. Essa criança quase não tem incentivo nenhum.

Se o Poder Público não fizer a política pública funcionar de verdade, daqui a 20 anos, quando vocês estiverem na profissão, sendo um pouco mais velhos, vocês vão estar discutindo os mesmos problemas. São problemas de falta de investimento. Fora essa questão, por exemplo, da falta de funcionários nas bibliotecas, principalmente no setor da cultura, você vai ver espaços como bibliotecas onde o telhado está ruim.

A Sra. Ana Cláudia e eu mesmo estivemos com o Sr. Totó há quanto tempo, mais ou menos?

A SRA. ANA CLÁUDIA MARTINS – Dois anos, um ano e meio, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – É, um ano e meio, levando para ele várias bibliotecas que estão com a estrutura ruim. Ele nos prometeu que até o final da gestão dele todas as bibliotecas iam ser reformadas. Não vi nenhuma. Eu espero que isso se concretize, mas, se até agora isso não começou, eu não acho que vai começar. Se começar, vai ser uma coisa muito incipiente.

Assim, é problema estrutural. É falta de pessoas. É não pensar uma biblioteca para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 4 DE 44

a nova realidade que nós temos hoje em nossa sociedade. Então, temos desafios muito grandes a enfrentar, e eu não acho que isso seja da cidade de São Paulo. Eu sempre falo que mudanças são mudanças e paradigmas. Essas mudanças são mudanças estruturais e mudanças que a sociedade tem de exigir.

Contudo, a sociedade quase não debate as bibliotecas na cidade de São Paulo. Estou falando da cidade de São Paulo porque nós estamos nesta cidade, mas no Brasil inteiro é uma coisa que a sociedade não faz. Tivemos o plano PMLLLB, que eu acho que foi um avanço, mas qual é a porcentagem da sociedade que irá discutir isso? É muito pouca. Então acredito que temos desafios, claro. Eu, como parlamentar, fiscalizo o Executivo e cobro do Executivo, mas não é só responsabilidade do Executivo, mas também responsabilidade da sociedade. Estamos tentando fazer algumas questões na Câmara Municipal.

Eu propus, por exemplo, o PL 461/25, que dispõe sobre a criação, manutenção e fortalecimento das bibliotecas nas unidades escolares. Temos as salas de leituras, e nós estamos falando de bibliotecas. Para nós, as duas convivem muito bem. Não temos conflito em falar: olha, já que vai ter biblioteca, não é para ter sala de leitura. Não. Acreditamos que a sala de leitura cumpre um papel na sociedade e a biblioteca cumpre outro papel. Esse é o nosso ponto de vista. Então, para nós não existe esse conflito. Não queremos colocar educação e cultura em conflito ou professores e bibliotecários. Essa não é nossa ideia e tenho certeza de que também não é do nosso mandato e do CRB.

Temos outro PL, o 279/24, que é o Prêmio Literário Ziraldo. Acredito que temos de fazer - estou em uma Casa Legislativa - a literatura aparecer na cidade, e a literatura concedendo um prêmio para várias categorias, isso acaba chamando a atenção da sociedade. Colocamos o nome Ziraldo, até por conta disso. É um nome que com certeza dá mídia, porque precisamos expor isso para a sociedade e para isso temos que ganhar imprensa para que as pessoas vejam, comentem e falem sobre o assunto.

Outra questão que discutimos muito, na época do Haddad, inclusive, nós tínhamos os ônibus-biblioteca, que iam a alguns lugares da periferia. Veio a pandemia e uma série de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 5 DE 44

coisas, isso acabou. Eu sempre acreditei que as periferias mereceriam coisa boa e de qualidade. Eu não acho que o ônibus seja melhor que um espaço físico, mas até não conseguirmos o ideal, acredito que são planos que deveriam voltar, porque colocar o livro perto das pessoas é importantíssimo, porque o nosso povo rala para caramba. O nosso povo acorda muito cedo para poder chegar ao trabalho e depois ainda vai estudar.

Eu lembro que estudava na PUC, morava em Sapopemba, acordava às 5h para trabalhar e chegava meia-noite em casa. Houve dia em que eu estava tão cansado que não queria nem jantar, porque jantar significava um minuto a menos do meu sono. Então, como é que eu vou atrás de uma biblioteca em condições como essa?

Estou falando isso, da vida do povo brasileiro, porque quando pensamos em qualquer política pública, temos que pensar na imensa maioria do povo que vive essa vida. São para essas pessoas que temos que falar.

Então é isso, um panorama geral da importância da biblioteca. Eu não sou especialista. Eu falo que sempre quando vou aos lugares, eu aprendo e para fazermos boas políticas públicas temos que aprender com quem entende. Essas pessoas que estão nesta mesa são a referência e entendem bastante sobre o assunto.

Agora vamos ouvi-las. Passo a palavra à Sra. Ana Cláudia Martins, Presidente do Conselho Regional da Biblioteconomia, 8ª Região.

A SRA. ANA CLÁUDIA MARTINS - Boa noite a todos e todas. Sextou! Quero agradecer a presença de quem está virtualmente nos acompanhando. Quero cumprimentar a Mesa, o Vereador Toninho Vespoli, que promove e acolhe a importância desta audiência; a Presidente do Conselho Federal, Dalgiza; a Coordenadora-Geral de Materiais Didático da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Sra. Jaqueline Melo. Quero agradecer a representante da Secretaria de Educação e mais uma vez, Toninho, muito obrigada por estar conosco nessa batalha.

Como bem disse o Vereador, estamos aqui para construir. Não queremos brigar com ninguém, pelo contrário, segurar as mãos e construirmos juntos. É nisso que acreditamos. Nós,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 6 DE 44

do Conselho Regional de Biblioteconomia, estarmos aqui é muito mais que apresentar resultados de uma pesquisa, é trazer ao debate público a realidade que precisa ser conhecida, discutida e transformada.

Uma coisa que eu sempre falo, o papel das bibliotecas, e em geral, bibliotecas públicas, escolares, é um papel de acolhimento e formação. Fazemos formação cultural, intelectual, de cidadania, educacional, enfim, esse é o papel que a biblioteca tem.

Sempre trago três exemplos nas minhas falas: da Escritora Luciene Müller, que foi uma criança em situação de rua. Fugiu de casa aos 4 anos e meio, a madrasta jogou óleo quente nas costas dela e ela foi morar na rua. O lugar que a acolheu foi a Biblioteca Pública da Vila Maria. E nós conseguimos premiar a Deputada Bibliotecária Sulina em vida pelo trabalho que ela fez. Hoje, Luciene Müller tem uma editora de livros, é uma escritora.

Lourival Cancela, nosso conselheiro, foi uma pessoa em situação de rua também. Veio do Espírito Santo, foi assaltado, roubaram tudo, não estava bem com ele mesmo e ficou morando na rua. Foi acolhido por uma biblioteca onde ele foi trabalhar. Hoje, ele é um bibliotecário premiado. É nosso conselheiro. E quando ele fazia faculdade, saía da faculdade, ia dormir no albergue.

Josi, uma mulher trans, que também foi em situação de rua. A biblioteca Mário de Andrade a acolheu. Hoje ela é formada em química e é advogada.

Então, a partir desses casos, podemos perceber que é falta de oportunidade. As pessoas não terem oportunidade, elas ficam destinadas a estar na rua. A partir do momento que tem o acolhimento e essa oportunidade, é nisso que nós atuamos.

Existe uma lei que determina que toda escola tem que ter biblioteca. A Lei 12.244/10, determina que toda escola, tanto pública quanto privada, tem que ter biblioteca. É a universalização das bibliotecas escolares, ou seja, está muito longe da Prefeitura, do estado, estar efetivando essa lei dentro da cidade, ou seja, aos alunos, a população, está sendo negado esse direito que eles têm da biblioteca dentro da escola. Essa Lei foi alterada pela Lei 14.837/24, que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, e que nós viemos pleitear que se crie o

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 7 DE 44

Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares.

Há outra Lei, a de Diretrizes de Bases, 15.360/26, teve uma alteração, aliás a Lei 9.394/96 teve uma alteração para a Lei 15.360/26, que é dever do Poder Público assegurar que todas as escolas públicas de Educação Básica, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade, contenham um número adequado de educandos por turma, biblioteca, laboratórios de ciência devidamente equipados, laboratórios de informática devidamente equipados, acesso à *internet*, quadra poliesportiva coberta, cozinha, refeitórios, banheiros, instalações, ou seja, o que é necessário para a formação dos alunos. Então, a biblioteca está bem citada.

Há outra coisa que aconteceu muito nesse meu tempo todo de... Estamos no último ano de gestão e conversei com muitos Secretários de educação, Secretários de cultura, Prefeitos, enfim. E muitos Secretários de educação falaram para mim: “Não há dinheiro”. Eu falei: “Há sim, Secretário”. “Não há dinheiro”. “Há sim: há o Fundeb”.

O Fundeb é um fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação. É um mecanismo de financiamento para a educação. E o bibliotecário está inserido nessa verba que vai para os municípios, porque o bibliotecário também está inserido dentro da educação.

Somos profissionais da educação que militam pela área, seja na atividade-fim, seja na atividade-meio. Somos profissionais de funções de suporte pedagógico direto à docência, de planejamento educacional, de assessoramento pedagógico e de função técnica.

Isso que estou falando é o que está dentro da lei, ou seja, as cidades e os estados que não têm biblioteca nem bibliotecário estão devendo isso para a população. Então, eu quero trazer, dentro da questão legal, o direito que está sendo negado à população, aos alunos.

Desde que entramos para desenvolver a campanha “#soubibliotecaescolar”, fizemos vários trabalhos e pesquisas para entender em que situação estávamos, qual era o cenário do estado e da cidade. Nós fizemos a pesquisa – depois o Marcos, nosso Coordenador da Comissão de Bibliotecas Escolares, vai trazer um panorama da situação das bibliotecas escolares, tanto no estado quanto no município – na Capital –, e também fizemos uma pesquisa sobre a situação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 11

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 8 DE 44

das salas de leitura. Essas duas pesquisas foram encomendadas pelo Ministério Público, ou seja, nós temos todos os dados, a pesquisa toda está em poder do Ministério Público. A pesquisa é séria.

Eu queria trazer também que essa pesquisa foi feita junto aos nossos fiscais dos conselhos. Dentro das unidades, em dez unidades de ensino municipal não foi permitido que o fiscal entrasse para fiscalizar.

Aproveitando, eu gostaria de colocar que recebemos uma denúncia em formato informal e mandamos um ofício para a Secretaria de Educação pedindo esclarecimentos: primeiro, por que os nossos fiscais não puderam entrar nas escolas para fiscalizar e, também, recebemos um fluxograma orientando as escolas a não deixarem os fiscais entrarem nas escolas para fiscalizar.

Então, eu gostaria, depois da sua palavra, de pedir um esclarecimento e reforçar muito que não estamos querendo brigar com ninguém, muito pelo contrário, queremos segurar na mão e vamos construir juntos. Não estamos contra a sala de leitura, não estamos contra professor de forma alguma. O benefício de professores e bibliotecários trabalhando juntos vai ser da população escolar. Há vários bibliotecários escolares aqui – a Katia, a Gisele – que fazem um trabalho muito interessante com seus alunos nas bibliotecas.

Bom, eu acho que é mais ou menos isso que eu queria falar. Só para encerrar, eu gostaria de deixar uma questão. Este ano é ano de eleição. Acredito que seja a eleição mais importante desde a redemocratização do nosso país. Este é o apelo que eu faço em todos os meus discursos: antes de vocês depositarem a confiança do seu voto, pesquisem – dá para pesquisarmos hoje –, pesquisem para saber se aquele candidato em que você quer depositar o seu voto, a sua confiança tem compromisso com a ciência, com a educação, com os livros, com as bibliotecas, com a democracia.

Mais livros, menos armas; mais bibliotecas e menos clubes de tiro. Brasil soberano.
Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Já há algumas inscrições on-

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 9 DE 44

line, mas as pessoas podem se inscrever para fazer perguntas para um deles ou para a Mesa.

É só se inscrever com o Inamar.

A SRA. ANA CLÁUDIA MARTINS – Só um minutinho, Vereador.

Eu gostaria de cumprimentar o Leonardo Vieira Cavalcante, nosso Conselheiro do Conselho Federal, que é da Paraíba; o professor Leonardo Assis; a nossa Presidenta, Dalgiza Andrade Oliveira; e a Dandewara Pereira, que é da Prefeitura de Campinas, da Secretaria de Cultura.

Quero agradecer aos professores da Assunção; ao Leonardo, que está aqui representando a Etec – a escola técnica –; e principalmente aos alunos que estão aqui. Agradeço por vocês estarem batalhando pela nossa categoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Só para saber: quem são os professores? É o time da frente aqui?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Legal. Sejam todos bem-vindos.

A próxima a falar é a Dalgiza Andrade Oliveira, Presidente do Conselho Federal.

A SRA. DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA – Boa noite. Uma saudação aos colegas da Mesa – Vereador Toninho Vespoli; Lucimeire; minha colega Ana; Marcos, Conselheiro do CRB-8 –, aos colegas bibliotecários, ao público *on-line*, aos estudantes e aos demais interessados nessa pauta tão necessária e, eu diria, uma das pautas mais desafiadoras para nós.

Eu falo isso porque o primeiro trabalho da nossa gestão – eu falo em nome da 20ª gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia – é tentar consolidar um trabalho que não começou agora. Isso é um trabalho de muitas articulações, de muitas idas e vindas, de mobilizações, de campanhas, de pesquisas, de envolvimento da comunidade biblioteconômica acerca da importância de configurar a biblioteca escolar no cenário da educação no Brasil.

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 10 DE 44

Precisamente, essa luta começa logo depois da aprovação da LDB, em 1996, quando foram feitos os primeiros movimentos do Conselho Federal de Biblioteconomia com os conselhos regionais pelo Brasil, na figura de uma professora, Toninho, uma Deputada professora – é importante que se diga –, a Esther Grossi, do Rio Grande do Sul, que foi a nossa principal apoiadora na época.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA – Pois não. A Deputada Esther Grossi, que era Deputada Federal pela Bancada do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, foi a pessoa que fez a proposição do PL que virou depois a Lei 12.244/2010.

O aspecto fundamental é entender, também, que a biblioteca é uma instituição social. Ela é uma instituição e precisa ser vista como tal. Ela não é só parte do equipamento pedagógico, é uma instituição, tem uma formação, um histórico e é um fazer profissional anterior à nossa formação acadêmica.

Sou também professora, apresento-me, além de ser Presidente do Conselho Federal, sou bibliotecária de formação. Atuei em bibliotecas públicas, em bibliotecas escolares, em bibliotecas da União, fui consultora e - hoje - sou docente da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquiso biblioteca escolar e biblioteca pública.

Esse equipamento, essa instituição, biblioteca, é um fazer profissional que antecede nossa formação que começou no final do século XIX. Mas o fazer profissional bibliotecário existia. O que seria da memória do mundo se não fossem as bibliotecas? O que seria da história se não fossem os nossos repositórios bibliográficos que temos nas estruturas? E nesse sentido, ainda, é muito deficitária a nossa consolidação dessa instituição bibliotecária no Poder Público no Brasil.

A primeira política de biblioteca pública no Brasil tem a data de 1937, que foi a criação da Instituto Nacional do Livro. Só conseguimos consolidar uma lei que valorizava e universalizava a biblioteca escolar em 2010. E essa lei não foi instituída de forma solitária. Ela foi vinculada ao Plano Nacional de Educação. Portanto, esses diálogos bibliotecários e com professores é muito frutífero, porque entendemos que a parte da atuação profissional do bibliotecário em momento

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 11 DE 44

algum concorre com a formação educacional, do aspecto pedagógico de cada conteúdo, de cada saber. Entendemos os domínios e respeitamos.

Os bibliotecários também são parte indispensável de proporcionar o conhecimento a quem dele necessite. E isso em todas as esferas, não só na biblioteca escolar. Então a mediação é um dos fatores mais importantes da nossa atuação profissional.

Eu ia cronometrar... depois me avise sobre o tempo, pois não quero deixar de ouvir quem está *on-line*, quem está presente e os outros colegas da Mesa. Vou tentar ser mais sucinta.

O que temos tentado fazer - e essa iniciativa do nobre Vereador, aqui, é muito importante para nós, porque é paradigmática - é discutir os territórios, a importância da legislação municipal, porque se temos uma legislação federal que cerca a universalização das bibliotecas escolares, por outro lado, temos que ter no município esse compromisso, do ponto de vista da Lei Orgânica do município, do ponto de vista do financiamento desse equipamento, do ponto de vista da abertura de vagas para esses profissionais que formamos atuarem.

Por que não confiamos a construção de uma casa a um técnico, com todo o respeito à formação técnica? Porque queremos que ali tenha a assinatura de um engenheiro civil, do arquiteto. Não é assim? Da mesma forma que os profissionais que atuam no campo da saúde são supernecessários, mas em quem confiamos, quem dá o diagnóstico é o médico.

Então nós temos uma formação que foi pensada à luz da realidade que está no nosso entorno. E nesse aspecto, quando entramos num espaço como este, que é um espaço de diálogo, que é um espaço do Poder Público, pela posição de um professor, para nós é muito simbólico, sabe Toninho? Vou me sentir à vontade de chamar de Toninho, Vereador. É colega, é professor, também, porque esse vínculo é muito necessário, esse comprometimento, essa atividade compartilhada, porque é parte da nossa responsabilidade dirimir e mitigar as diferenças gritantes que tem na sociedade. E a biblioteca cumpre um papel fundamental nesse sentido. A educação cumpre um papel determinante na autonomia e na soberania do cidadão, da população. Então penso e falo isso com muita tranquilidade.

Vivi em São Paulo, fiz minha formação de primeiro e de segundo grau aqui, durante um tempo, e sou parte dessa população que vem para São Paulo, que veio, agora retornei, que são os migrantes. São Paulo, também, tem muitos imigrantes. E esse acolhimento é muito importante na nossa formação. Tive o privilégio de estudar numa boa escola pública, de ter acesso a um equipamento, no meu bairro, que era uma biblioteca pública. Isso nunca vou esquecer, pois é uma situação que sempre trago para a sala de aula, quando quero convencer... Eu acho que é o nosso papel... da importância desse equipamento, como um reconhecimento social, como os assistentes sociais fizeram com os CRAS. Como é importante ter um CRAS em cada município.

Nesse sentido, nossa perspectiva é que nos estados possamos desenvolver essa audiência. Temos feito isso com algum resultado positivo. Recentemente, estivemos no Piauí, em Teresina e em Salvador – onde conseguimos até a confirmação da abertura de vagas -. Faremos, agora, no Pará. Acredito que até ao final do ano. Estamos só esperando passar esse período eleitoral. Mas é muito importante que asseguremos esses espaços de debate, de reflexão e de comprometimento, porque precisamos entender que para esse equipamento existir, ele tem que estar comprometido com verba pública, com financiamento público e com quem está ocupando esses espaços.

É parte da nossa responsabilidade propagar a importância da biblioteca escolar, mas é parte da responsabilidade do Estado, aí estou falando do Estado de uma maneira mais ampla, garantir que isso seja uma política estruturante. Então, não pode ser uma política de Governo, é uma política de Estado. E, não obstante, quem estiver respondendo pelo Governo, isso tem que ser uma política de Estado, tem que ser uma política pública, e a política pública vem para resolver um problema. Ela não acontece do nada.

E nós temos resultados, porque as escolas que foram avaliadas pelo último censo escolar - tenho isso em pesquisa, já está até publicado -, que têm bibliotecas têm melhores resultados, e melhores resultados ainda quando tem biblioteca com bibliotecário. Essa é a nossa

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 13 DE 44

batalha: assegurar que a população possa ter direito a esse bem, porque ela financia esse bem na medida em que paga impostos.

É nesse sentido que o Conselho se solidariza, se soma ao Conselho de São Paulo. Agradeço, enormemente, à equipe do CRB-8, na pessoa da Ana, porque essa iniciativa da Ana Cláudia, em São Paulo, só reforça que os nossos colegas, os demais 13 presidentes que estão espalhados pelas jurisdições do Brasil, sigam esse modelo. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para dialogar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Só complementando um pouco o que a Dalgiza falou. É por isso que no nosso mandato brigamos muito contra terceirizações, contra a privatização, porque se vocês conversarem, por exemplo, com os bibliotecários que são concursados da Prefeitura, eles têm algumas garantias como a de que - pelo menos - ganharão acima do piso de vocês. Se vocês pegarem os CEUs, que hoje são administrados pela Baccarelli, e conversarem com bibliotecários de lá, verão que eles ganham menos que o piso.

A terceirização da saúde, da educação, ou de qualquer coisa significa sempre que o Estado gasta um valor naquele serviço, mas quer gastar menos, então ele privatiza aquele serviço, que sairá mais precarizado, porque se tem menos investimento, menos dinheiro, as pessoas vão ganhar um valor menor e vão trabalhar, muitas vezes, em piores condições.

Falei numa outra audiência pública que visitei bibliotecas, nos CEUs, que estavam com a Baccarelli e outras da rede direta. Era visível e tirei fotos. Não estou só falando, tenho fotos e tenho como provar o número de títulos que tinha a biblioteca do Baccarelli. Vou falar do Baccarelli porque é administrado pelo próprio Baccarelli - Instituto Baccarelli – e aquelas da rede direta. Era visível. Repito: era visível a diferença.

Para mim a terceirização sempre tem imbuído que as pessoas vão ganhar menos e aí estamos falando de precarização do trabalhador brasileiro, e também nem sempre as condições serão melhores. Então por isso que sempre brigamos contra as terceirizações.

Vamos escutar agora o Marcos Antônio Araújo, Coordenador da Comissão das

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 14 DE 44

Bibliotecas Escolares Públicas. Antes ele fará uma apresentação. Quem vai ajudá-lo? Fernando? Está lá. As inscrições ainda podem estar acontecendo, viu, pessoal? É nesta audiência o momento de vocês perguntarem, aqui não tem isso de pergunta boa, toda pergunta é boa.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO - Boa noite a todos, boa noite à Mesa, boa noite ao público presente. Vou apresentar para vocês A Escola sem Biblioteca Não é Legal com os dados que revelam a realidade. Vou falar um pouquinho sobre a nossa trajetória, primeiramente, o nosso histórico.

A nossa gestão começou em 2021. Em 2021, iniciamos um diálogo muito bacana com CRB 14. Queria aproveitar a oportunidade para agradecer o Orestes Trevisol e a Maria de Lourdes que foram muito importantes para passar a metodologia para nós utilizarmos em São Paulo.

Em 2022, fizemos a apresentação dos dados prévios do mapeamento das bibliotecas escolares na Bienal do Livro. No lançamento, então, da campanha Eu sou Biblioteca Escolar fizemos a apresentação dos dados prévios. Foi quando vieram todos os CRBs do Brasil. Foi um momento muito importante.

Em 2023, tivemos o lançamento do Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo, no Primeiro Fórum das Bibliotecas Escolares. Fizemos essa apresentação na UNIFAI, quando também foi um momento muito importante do lançamento desse material.

E em 2025, a diretoria do CRB fez uma solicitação para nós, da comissão, realizarmos uma pesquisa sobre a situação das salas de leitura, tanto do estado de São Paulo como do município de São Paulo. A partir daí seguimos a mesma metodologia que realizamos do Mapeamento das Bibliotecas Escolares. A pesquisa foi realizada tanto *in loco* como de forma digital. Essa pesquisa foi enviada para escolas, tanto municipais quanto estaduais.

Em 2026, fizemos o lançamento da situação das salas de leitura das escolas públicas do estado de São Paulo e do município de São Paulo. Também organizamos o lançamento dessa na última bienal.

Vou falar um pouquinho para vocês sobre os relatórios que lançamos durante esses

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 15 DE 44

seis anos.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO - Esse é o Mapeamento das Bibliotecas Escolares do Estado de São Paulo, lançado em agosto de 2023. A pesquisa apresentou um Panorama da situação das bibliotecas escolares no município e no estado; e a situação da sala de leitura das escolas públicas do estado de São Paulo e do município paulista. Só do município paulista, solicitada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e lançada em maio de 2026, a pesquisa apresentou um panorama da situação da sala de leitura das escolas públicas do estado de São Paulo e do município de São Paulo.

Pode passar, por favor. Ambas pesquisas fazem parte da campanha Eu Sou Biblioteca Escolar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DE ARAÚJO - Sim. Agora vou passar uns dados em relação ao nosso mapeamento feito em 2023. Esses são alguns números.

Com metodologia inspirada na pesquisa desenvolvida pelo Conselho Regional - 14ª Região foram obtidos os segundos resultados: 7% das escolas possuem biblioteca com profissional bibliotecário.

Em 26% das bibliotecas as salas de leitura funcionam integralmente. Isso, porém, acaba atrapalhando os alunos, porque muitas vezes os alunos querem o material e a biblioteca está fechada, então muitas vezes eles dependem de um funcionário ou de um professor, ao não funcionar de forma integral.

Já 7% realizam atendimento ao público; 45% dos livros foram adquiridos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Então, grande parte desse material são livros didáticos, sei, aliás, porque trabalho em uma biblioteca escolar e vejo que grande parte da maioria do material que a gente trabalha não são livros paradidáticos de literatura, são livros didáticos.

Há 45% dos livros que são organizados manualmente, então isso fica meio em

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 16 DE 44

contradição no mundo em que vivemos, o da tecnologia; 22% das bibliotecas ou salas de leitura realizam empréstimo domiciliar. Esse ponto acaba também atrapalhando a vida escolar, pois os alunos não conseguem realizar esses empréstimos e levar para suas casas. E 1% somente são bibliotecários responsáveis pela biblioteca ou sala de leitura.

Nessa imagem vemos as nossas duas pesquisas que realizamos. O diálogo com o Ministério Público e a importância do mapeamento no fortalecimento da articulação institucional. Então a partir do mapeamento feito em 2023 e entregue ao Ministério Público, o próprio Ministério Público solicitou que fizéssemos dois relatórios: tanto do estado de São Paulo como o do município de São Paulo. Isso foi muito importante porque eles olharam, verificaram e solicitaram também perguntas para serem disponibilizadas nas escolas.

Pode seguir. Abrangência. A análise das salas de leitura das escolas estaduais e da rede municipal de São Paulo e o diagnóstico evidenciam a ausência, em caráter quase absoluto, de profissionais bibliotecários e a utilização da nomenclatura “sala de leituras” para não cumprir a obrigatoriedade de um profissional bibliotecário.

Caráter estratégico. Esses documentos têm um caráter estratégico de orientar e subsidiar a efetivação da Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares.

Observem nesta imagem alguns números da nossa pesquisa das salas de leitura no estado de São Paulo. As salas de leitura como alternativa de administrativa: o Estado oficializa a sala de leitura como alternativa para operar espaços informacionais sem atender integralmente as exigências da Lei 12.244/2010, comprometendo a identidade da biblioteca como equipamento cultural e a valorização da categoria profissional bibliotecária.

Descaracterização da função biblioteconômica. A ausência do cargo de bibliotecário no quadro da SEDUC e a substituição por outros profissionais desconsideram a especificidade técnica da biblioteconomia, comprometendo a oferta de um serviço especializado e a constituição formal das bibliotecas escolares. Muitas vezes, na biblioteca escolar, quem faz esse trabalho são os professores, muitas vezes adaptados ou profissionais do setor administrativo. Então o bibliotecário não existe nesses espaços.

Redução dos espaços de aprendizagem. A ausência de gestão especializada pode reduzir espaços destinados ao aprendizado a depósito de livros administrados de forma improvisada. Isso acontece muito. A biblioteca sempre é o primeiro espaço que é desejado pelas escolas, porque muitas vezes faltam espaços para salas de aula e aí as aulas acontecem no espaço da biblioteca de forma improvisada.

Vejam nesse slide a pesquisa das salas de leitura no município de São Paulo. Funcionamento: salas de leitura abertas em diferentes turnos, sem a presença de bibliotecários, comprometem a mediação qualificada e a prestação dos serviços de biblioteca.

Mesmo com a boa intenção dos professores, eles não têm o preparo técnico que um profissional bibliotecário tem da questão, por exemplo, do letramento informacional, da questão da mediação de leitura, além de manutenção e de infraestrutura.

A falta de recursos em 24,85% compromete a atualização do acervo, a realização de reparos e o desenvolvimento de atividades de mediação, prejudicando a função social e pedagógica da sala de leitura.

Quanto à fiscalização profissional e descaracterização, a ausência de uma política municipal de bibliotecas escolares robusta e de profissionais com formação específica contribui para a precarização da sala de leitura. Quase 37% desses espaços são utilizados para múltiplas finalidades, como depósitos, salas de reuniões ou reforço escolar, comprometendo a sua função técnica, pedagógica e bibliotecária.

A partir disso, fizemos o alinhamento das três pesquisas.

Temos uma persistência do déficit de bibliotecários. Entre 2023 e 2026, permanece a baixa presença de profissionais bibliotecários nas redes públicas paulistas, passando de 1% em 2023 para 4,30% na rede estadual em 2026.

Na rede municipal da capital, a regulamentação vigente mantém a gestão das salas de leitura sob responsabilidade de professores, sem contemplar a atuação do profissional bibliotecário.

Quanto à gestão e mediação do acervo: em 2023, 45% do acervo era organizado

manualmente e 45% composto por livros didáticos do PNLD.

Entre 2023 e 2026, tanto a rede estadual quanto a rede municipal de São Paulo mantêm salas de leitura sem a mediação de bibliotecários, comprometendo a organização, o acesso qualificado ao acervo e a alfabetização informacional crítica dos estudantes.

Por fim, quanto ao espaço físico e acessibilidade: desde 2023, evidencia-se o subdimensionamento das salas de leitura. Em 2026, 31,05% das salas estaduais não possuem acessibilidade e 26,95% têm circulação inferior a 0,80 m entre as estantes. Enquanto isso, na rede municipal, 61 das 68 escolas não têm acessibilidade, não possuindo elevador para acesso à sala de leitura.

Isso acontece muito porque as bibliotecas ficam sempre no lugar mais distante, nunca na entrada da escola, o que acaba dificultando a acessibilidade dos alunos e da comunidade escolar.

Obrigado. Obrigado a todos. Espero que continue o legado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A Jaqueline dos Santos Melo, Coordenadora-Geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do MEC, estava conosco há pouco e mandou uma mensagem informando que teve de ir ao hospital. Não sei o que aconteceu, se foi algo com ela ou com algum filho, mas agradecemos a presença do MEC.

A próxima oradora é a Sra. Lucimeire Cabral de Santana, Coordenadora Pedagógica da SME. Conheci a Sra. Lucimeire quando ela foi Dirigente da DRE Guaianases. Quando ela estava lá, poucas vezes precisei ir até lá, acho que apenas duas vezes, para levar problemas de unidades escolares. Depois que a Sra. Lucimeire saiu, estive lá várias vezes, porque ou os problemas se multiplicaram ou a pessoa que a substituiu não tinha as mesmas condições para resolver os problemas. Não vou afirmar o motivo, pois não tenho certeza.

Sempre digo a ela: está na Administração e sei da sua competência, mas a minha função é sempre cobrar, e temos uma relação muito boa, de cobrança da minha parte e dela tentando resolver os problemas que levamos.

Quero registrar isso porque, como mostra a pesquisa, as dificuldades são imensas e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 19 DE 44

o recurso é limitado. Também entendemos essas limitações. O que sempre cobramos é de quem tem a caneta e o poder político nas mãos para decidir a destinação dos recursos. E continuaremos cobrando.

Vamos ouvir a Sra. Lucimeire Cabral de Santana, agora, que certamente tem muito a contribuir.

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Boa noite. É um prazer estar aqui. Em nome do Vereador Professor Toninho Vespoli, cumprimento toda a Mesa.

Quero destacar como são importantes estes momentos de diálogo. A nossa presença na Câmara demonstra o nosso interesse em avançar nestas discussões, pois estamos do mesmo lado: o de oferecer as melhores oportunidades para as pessoas na formação de leitores como um direito.

Não se trata de uma decisão simples, mas de como colocamos todas as nossas crianças, jovens e adultos nesse processo de formação de leitores, que abre possibilidades para as escolhas que cada pessoa desejar fazer.

Acredito que compartilhamos esse mesmo objetivo. E o Vereador, sabiamente, traz provocações importantes.

No ano passado, estive no aniversário da Biblioteca Mário de Andrade e acompanhei algumas mesas de debate, notando uma preocupação enorme com a ligação da biblioteca com a comunidade e com o atendimento às necessidades atuais.

Ouvi mesas que abordaram desde bibliotecas na calçada até relatos sobre o diálogo das bibliotecas com a juventude. Foi incrível participar do aniversário da Biblioteca Mário de Andrade presenciando essa reflexão: que biblioteca é essa para os tempos de hoje?

Como organizar os tempos, os espaços e as oportunidades?

Isso também nos desafia na rede municipal, pois temos as bibliotecas que funcionam nos Centros Educacionais Unificados, CEUs, e temos as nossas salas de leitura. O Vereador afirmou e a Sra. Ana Cláudia Martins reforçou, que não estamos comparando profissionais nem dizendo que um é melhor do que o outro ou que a presença de um dispensa o outro. Isso é

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 20 DE 44

extremamente respeitoso, pois estamos falando de profissionais qualificados: o nosso professor é qualificado e os bibliotecários são qualificados.

Estamos tratando de como podemos nos alinhar para construir as melhores formas de organização, garantindo que os profissionais atuem em seus campos com cada vez mais condições.

Os CEUs não abrem mão de ter os seus bibliotecários. O Vereador Professor Toninho Vespoli mencionou as questões relativas ao funcionamento das bibliotecas nos CEUs por meio de parcerias; anotei e precisamos examinar tudo isso, pois pertencemos à mesma rede e devemos olhar atentamente para as salas e espaços de leitura.

Quando se afirma que a rede utiliza as salas de leitura para substituir a biblioteca, vale destacar que o projeto de sala de leitura da rede é muito anterior ao debate sobre bibliotecas escolares.

Temos um marco em 1972, iniciado com a organização do espaço para assegurar um acervo estruturado com o qual as crianças tivessem contato frequente, e não de forma ocasional, quando o professor quisesse, mas de maneira consolidada.

Há toda uma linha do tempo voltada para a melhoria do acervo, garantindo que não seja composto apenas por material do programa federal do livro didático, do PNLD, mas por itens alinhados às necessidades das nossas crianças.

Como a colega mencionou em relação aos povos migrantes, buscamos contemplar no acervo todas as representatividades, incluindo o trabalho com a educação étnico-racial. Então, não é um acervo estático, pois o renovamos periodicamente.

Portanto, a rede não criou a sala de leitura para sair do debate sobre bibliotecas escolares. Elas foram criadas no âmbito de um projeto de mediação constante de leitura, a partir do conceito de bibliodiversidade.

Então, não é somente um tipo de livro que vai estar lá, de uma forma que vai servir apenas para pesquisa. Por exemplo, quando o professor leva apenas para um determinado fim. Mas são essas as múltiplas possibilidades que a leitura tem que oferecer.

E assim vamos constituindo documentos, a exemplo do documento orientador da sala de leitura, que vai falar do professor como mediador de leitura, da sala de leitura como um espaço de leitura e de fortalecimento da relação dos estudantes com a literatura, bem como da formação constante de leitores.

Depois temos outros documentos que falam dessa organização dos tempos, dos espaços, da garantia de direito. Então, nada é oposto ao que estamos dizendo aqui, das contribuições dos bibliotecários para pensarmos mais. Mas a gente continua organizando para que eles tenham todas as oportunidades.

No nosso programa da sala de leitura, dos espaços de leitura, há quatro grandes princípios: a leitura como direito inalienável; a garantia da biodiversidade, de que já falei; as questões da relação com o currículo da cidade, isto é, aquilo que a gente escolheu para dizer: “Isso é fundamental para as nossas crianças, os nossos jovens, adolescentes e adultos viverem”; e a leitura literária como aquela potência de oferecer oportunidades múltiplas.

O Vereador também falou dessa questão do acesso, das crianças terem o livro na mão, desse contato com o livro, delas poderem ter a sua biblioteca, e poderem falar assim: “Quando vou comprar um livro? ” Então, a gente também junta algumas coisas no programa. A gente tem um programa, o Minha Biblioteca, que a gente retoma neste ano, em que as crianças recebem dois livros anualmente. Agora, a gente espera não ter mais nenhuma interrupção.

Assim, anualmente, são dois livros para compor a sua biblioteca – que é uma coisa que o Vereador falou que passou por isso, e eu também passei –, que não é uma coisa que a gente conseguia ter em casa muito tranquilamente. Se eu tiver que fazer escolhas de compras, se a gente perguntar para nossas famílias, num contexto de restrições orçamentárias, o livro não vai ser prioridade, a gente sabe disso.

Então, a gente tem o Programa Minha Biblioteca, que eles levam os livros para casa e a gente tem a renovação periódica do acervo. Eu tenho um pouquinho dos números para dizer desse nosso compromisso de ter essa variedade de acesso das crianças.

Então, a gente tem, do Programa Minha Biblioteca: em 2026, a gente adquiriu, até a

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 22 DE 44

o momento, para os estudantes do ensino fundamental, 1.009.438 livros, para que todos os nossos estudantes recebam dois livros e consigam ter isso em casa. A gente ainda tem uma compra pensada para este ano, para as nossas crianças da educação infantil.

A gente faz isso a partir de um acervo. É uma escolha com o chamamento público de editoras, portaria de comissão avaliadora, para que haja realmente uma transparência naquilo que a gente está solicitando para adquirir. E depois temos a compra de acervos.

Então, hoje, contando tudo o que a gente tem de acervo para as salas de leitura, a gente tem 2.347.566 exemplares adquiridos. Então, é um movimento constante. Por isso, essas aproximações. E a gente faz questão de estar em todos os momentos, para que a gente realmente construa possibilidades das atuações dentro da rede com os bibliotecários que a gente tem, com a aproximação com os bibliotecários da Secretaria de Cultura.

Então, é constante. Agora, para a Bienal do Livro, por exemplo, fizemos uma ação em que 52 mil estudantes foram previstos para participar da bienal, com *voucher* de 100 reais, para que eles pudessem ter esse prazer de comprar um livro, de escolher.

A gente viu cenas muito lindas com isso, com as crianças com o *voucher* tendo que tomar a decisão de qual livro compraria, muitos dizendo que era a primeira experiência de fazer uma compra sozinho, de não ter a mediação direta do pai ou da mãe, tendo que escolher o que ele poderia fazer.

E os *vouchers* também foram para todos os nossos profissionais da Secretaria Municipal de Educação e para todos os bibliotecários de todas as bibliotecas da Secretaria de Cultura – e isso nesse programa que olha para essa possibilidade dessa integração nossa cada vez mais próxima.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Lucimeire, posso fazer uma pergunta? Porque eu sou professor e eu sei que o professor ganhava.

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Sim. Todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O quadro de apoio também ganha? É uma dúvida minha.

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Sim, todos os profissionais: nossos profissionais das unidades diretas e das nossas unidades parceiras também, tanto a entrada quanto o *voucher*.

Então, também criamos entre as bienais a Fli Sampa, que é entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação. Neste ano, inclusive, por conta das questões dos povos migrantes, há a Secretaria de Relações Internacionais – aliás, neste ano não, no ano passado – , para fazer a Fli Sampa também, para que a gente coloque essa movimentação mesmo dos títulos, dos autores, dessa conversa com os autores, dessa formação que se compartilha.

E ali tivemos a presença tanto dos profissionais da educação como dos profissionais da Secretaria de Cultura. Então, a nossa presença aqui é a presença de dizer que estamos com essas aproximações para construirmos juntos. O Vereador mandou o PL. A gente se aproximou também do texto, da legislação.

Então, assumimos isso, que foi belamente colocado no começo, porque estamos juntos para tentarmos garantir as melhores oportunidades e estamos juntos para ver como podemos trabalhar em conjunto. Em nenhum momento nosso é um momento de dizer de desrespeito da lei, mas de uma construção de uma rede e de como a gente olha para isso. Tanto que a gente pediu vistas à pesquisa para que a gente possa entender melhor os elementos e tomar providências, porque alguns dados são colocados, e a gente precisa olhar para dentro dessa pesquisa, conseguir aproveitar já do que vocês fizeram e conseguir ter uma atuação específica em alguns locais.

Se for necessário, a gente vai olhando. Então, a gente aguarda, vem aguardando a autorização de vistas a essa pesquisa. E, por último, para encerrar, para que venha a pergunta da Ana, também acho que, quando a gente vai colocar uma coisa para a rede, a gente precisa saber fazer alinhamentos anteriores para que a gente não tenha esse desconforto.

Estamos falando com muitos profissionais e todo mundo fica: “Posso ou não posso determinadas coisas?” Então, vou pegar um outro exemplo para chegar no Conselho das Bibliotecas e da ida às unidades educacionais.

Temos o Conselho de Educação Física, por exemplo, e sabemos que eles estão ali, e falam com quem? Com os profissionais de Educação Física, porque eles têm que olhar se estão lá regularmente, se têm as condições de trabalho e tudo o mais, com o profissional de educação física.

O nosso olhar é para quando falam assim: “Olha, eu vim até aqui para fiscalizar a biblioteca” Não. O Conselho veio olhar quais são as condições da biblioteca estar trabalhando lá e fazer os apontamentos enquanto um conselho que está olhando para os bibliotecários na sua atuação dentro da biblioteca.

Então, quando a gente escreve que nos CEUs há os bibliotecários e ali tem que ter a atuação do Conselho, o nosso entendimento é que, talvez se a gente tivesse alinhado antes de isso ter saído para a rede, a gente teria chegado a uma medida melhor. A gente orienta e fala assim: “Não há bibliotecário. A atuação do Conselho é com os bibliotecários.”

Se foi uma interpretação equivocada nossa, a minha sugestão é que a gente alinhe antes de jogar uma coisa para uma rede que é gigantesca. E as pessoas se assustam, porque falam assim: “É um conselho de bibliotecário e a gente não tem bibliotecário. Como que ele vai olhar nossa sala de leitura?” E, se a gente tivesse sentado antes e visto um pouco como isso funciona, talvez a gente tivesse encontrado uma medida intermediária.

Então, essa é a nossa resposta do nosso fluxo, olhando para a legislação que a gente tem, para o papel do conselho dos conselhos, que a gente pode ou não receber dentro do seu âmbito de atuação. Mas acredito que, de forma mais alinhada, para uma rede que tem 80 mil profissionais, conseguimos melhores resultados.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vamos agora para os inscritos, mas só queria comentar uma coisa que a Lucimeire falou. Até eu, como professor... Estamos vivendo um pouco esse momento de violência muito grande nas unidades escolares; queira ou não, o fluxo de pessoas que entra ali é grande. Então, realmente, acho que essas coisas têm de ser alinhadas até para as pessoas saberem quem é a pessoa que vai chegar. Acho que isso tem

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 25 DE 44

todo sentido mesmo. Bom, vamos aos inscritos.

Vou chamar primeiro o pessoal *on-line*, porque geralmente o pessoal se inscreve de forma *on-line* e depois acaba fazendo outras coisas. Geralmente o pessoal não faz a pergunta, mas temos de chamar todos, porque estão inscritos. Então, *on-line*: Marcelo Ramos da Silva se encontra? Tatiana Messias Freitas da Costa se encontra? Antônio José dos Santos, ainda de forma *on-line*? Kailane Ramos O. da Silva? Viviane Leandro Prado? Cris Bueno? Cristian? Cristian se encontra? O Cristian vem em todas. É o primeiro que me contou. Silvia Cobelo, pesquisadora da USP? Não. Bom, se alguém que eu chamei quiser falar depois, fiquem à vontade. Se alguém aí escutou, mas está com o microfone ruim, alguma coisa assim... Bom, vamos para o presencial agora: Ender Quintero.

O SR. ENDER QUINTERO – Boa noite, tudo bem? Meu nome é Ender Quintero, sou bibliotecário formado pela FESPSP. Tudo muito bonito, muito bonita a fala, muito bonita a apresentação da coordenadora da Secretaria Municipal de Educação.

Mas o meu questionamento é que, primeiro, eu, como profissional e também na minha época de estudante, já estava acompanhando a luta pela biblioteca escolar. A gente tem que ter em conta que a biblioteca é o primeiro equipamento cultural com que as crianças têm contato. É a formação da criança, é o primeiro contato com a literatura. E aqui eu estou falando, além de bibliotecário, estou falando como escritor, que eu também sou.

É onde essas crianças têm a oportunidade de encontrar diversos mundos. E o que eu sinto é que o município, primeiro, joga para um lado esses equipamentos culturais, que são as bibliotecas, que são as salas culturais. Joga para um lado e dá uma sensação de abandono. Nós, como bibliotecários, nos sentimos abandonados pelo Estado, pelo município.

E, além de sentir-se abandonado, a gente se sente, muitas vezes, até desrespeitado pelo Estado. E aqui, aproveitando que estou com o Professor Toninho Vespoli, um dos meus questionamentos também é referente ao concurso que a Prefeitura vai abrir e à quantidade de vagas. A gente sabe que a gente está na cidade mais rica do país e que São Paulo tem uma mão de obra bibliotecária muito boa e muito qualificada.

Mas a gente sabe que, no setor público, a gente tem um déficit crônico de profissionais. Crônico. Então, 50 vagas é pouco, gente. É pouco. É pouco para suprir. E não é porque a gente tem preguiça de trabalhar, não, porque a gente não tem preguiça; a gente tem vontade, a gente tem fome de trabalhar, de exercer nossa função, de proporcionar à sociedade o que é um direito humano básico, que é o acesso à informação de qualidade.

Em um mundo em que a informação muda a cada milissegundo e em que as nossas crianças e o nosso cidadão estão sendo bombardeados de informação, nós, como bibliotecários, além de cientistas da informação, temos um papel fundamental. Mas, se a gente não tem esse espaço onde exercer nosso papel, para o qual a gente foi formado, como que vamos ajudar a filtrar essa informação e dar esse conhecimento para a sociedade? Então, esse é o meu principal questionamento referente ao concurso, do ponto de vista daqui, como profissional e como cidadão que mora nesta cidade há muito tempo.

E, como na fala da Presidenta do Conselho Federal, eu sou imigrante, eu tive a oportunidade de me formar e de conhecer essa linda área que é a biblioteconomia. E eu quero retribuir esse presente que me deram, eu quero retribuir à sociedade paulistana e à sociedade brasileira.

Então, eu acho que a quantidade de vagas para esse concurso é pouca. E foi anunciado, mas ainda não temos nem edital publicado, nem sabemos quando vai ser, o que vai cair. Então, eu acho que o município tem uma dívida conosco referente a isso.

E eu acho também que é uma forma de abandono e de desrespeito conosco, como profissionais da cidade de São Paulo. Vocês estão perdendo uma força muito grande, porque os profissionais que estão saindo realmente qualificados de todas as escolas de biblioteconomia, como a ECA, como a FESPSP, o Centro Universitário Assunção, são muito bons. E vocês precisam dar esse valor para nós, porque, senão, a gente vai acabar indo para outros lugares, até fora do Brasil.

Porque, se aqui, que é a nossa casa, aqui, que é o nosso quintal, não nos valorizam, então a gente vai procurar outro lugar onde a gente seja valorizado realmente. Essa foi a minha

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 27 DE 44

fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Gente, temos um horário. Pediria às pessoas que se baseiem em três, quatro minutos, pelo menos, por favor. Próxima, Jussara Aparecida.

A SRA. JUSSARA APARECIDA DE ANDRADE – Boa noite a todos. Eu sou Jussara, sou bibliotecária. Trabalho em uma biblioteca pública. Estou fazendo pós-graduação em biblioteca educativa, gestão e mediações, cuja coordenadora é a Carmem Lúcia, que está aqui presente.

E o meu ponto é que biblioteca sem bibliotecário não é legal. Existe a lei, que não está sendo cumprida, de que é obrigatório ter bibliotecário dentro de uma biblioteca. Então, quando a Secretaria da Educação fala assim: “A gente não foi comunicado.” Mas existe uma lei.

E implantar esse sistema bem forte de biblioteca escolar é muito importante, porque a Presidenta, Ana Cláudia, eu sempre escuto a fala dela dizendo: “Se um local tem mais de 200 livros, já é uma biblioteca.” Então, se a sala de leitura tiver mais de 200 livros, tem que ter um bibliotecário. Então, não adianta só ter os livros e não ter um mediador para isso. Não adianta criar grupo com escritores, fazer sarau, falar que está fomentando.

E a questão dos *vouchers* é muito importante, mas essa questão de *vouchers* para dar para o aluno ir à festa Fli Sampa que vocês fazem lá? Porque a gente sabe que o livro ainda é muito caro, e, com esse valor, o aluno só vai conseguir comprar um ou no máximo dois livros. Então, é preciso ter esse letramento também com os alunos em relação ao que eles estão lendo.

O que aconteceu na Bienal? Quando eu perguntava sobre escritores negros, muitos jovens não sabiam responder. E sobre a menina que leu o *Diário de Anne Frank*, não estou julgando, porque faltou a ela ter um letramento do contexto daquela história. Por isso é que tem que ter a mediação, porque não basta ler o livro, o contexto importa.

Então, é importante ter bibliotecários, mediadores, professores, e gente trabalha juntos. E essa é a minha pergunta. A Secretaria da Educação fala assim: “Ah, mas vocês vêm

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 28 DE 44

jogando a bomba em cima da gente, bombardeando”, mas já existe a lei faz tempo falando isso. Então, sei lá, é falta de vocês procurarem. É meu ponto de vista. E a minha pergunta é esta: quantos livros tem nas salas de leitura das escolas? Desculpe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próxima, Katia Cristina da Mata. Depois a última será a Regina Fazioli.

A SRA. KATIA CRISTINA DA MATA – Oi, gente, boa noite. Eu trabalho atualmente no Senac, mas passei em um concurso que aconteceu em 2013 na Diretoria de Ensino de São Roque. Trabalhei na Diretoria de São Roque, mas o concurso foi aberto para todo o estado, para as diretorias de ensino da rede estadual para o cargo não de bibliotecário, mas de analista sociocultural.

Esse profissional ficava dentro das diretorias de ensino, que são 91, e existiam para orientar e cuidar das salas de leitura dessas escolas. Cada profissional – um por diretoria – ficava responsável por até 80 unidades escolares. Quando assumi na Diretoria de Ensino de São Roque, eu tomava conta de 31 escolas. Eu falo no passado porque eu me afastei e hoje estou na rede Senac.

O que acontece? O cenário era, e continua sendo, o seguinte – pois não mudou muito, e a pesquisa mostra realmente o retrato que eu vivi; então, posso falar com propriedade, porque vivenciei esse momento -: havia livros literários, mas, na grande maioria, eram os do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Depois, esse programa do MEC mudou, e as escolas também recebem livros literários. Porém, não tinha uma organização. Não havia, na maior parte do tempo, professores que ficariam ali durante o período inteiro. Então, a nossa orientação era fazer a gestão desse acervo, organizar e fazer também o acompanhamento com esses professores. É possível um profissional tomar conta de mais de uma escola? Não, porque, infelizmente, o atendimento fica precarizado, por mais boa vontade que haja. Então, eu agradeço muito às minhas parceiras professoras com quem trabalhei durante esse período. Sem elas, acho que seria ainda mais complicado tudo isso.

Quando a gente fala que é muito importante o trabalho em parceria, é porque o

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 29 DE 44

bibliotecário vai organizar, vai facilitar, vai fazer com que aqueles acervos fiquem convidativos, porque a gente tem uma dificuldade muito grande hoje em deixar os livros atrativos para os estudantes. A gente tem a tecnologia, então tem o distanciamento, que é natural. Se a gente trabalhar a parceria para a organização, para tornar o acervo atrativo, isso é significativo, porque eles vão se sentir que a biblioteca hoje, além da busca e recuperação da informação, é um lugar de convivência. Se os dois trabalham em parceria, a gente só ganha, porque eu trabalhei muito tempo e deu muito certo. Era isso o que eu gostaria de trazer para a professora: a importância dos dois profissionais.

E como é feita hoje na Prefeitura a recuperação? Primeiro, a organização desse acervo, esse espaço organizado direcionado, a catalogação. Como são feitas a busca e a recuperação? Porque a gente sabe que precisa recuperar a informação o mais rápido possível. Então, o profissional bibliotecário vai fazer. E como que é feito o acompanhamento dessas unidades de ensino? Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Agora, Regina Fazioli.

A SRA. REGINA FAZIOLI – Boa noite a todos e todas e a quem não cumprimentei. Realmente, é um tema extremamente relevante o que estamos discutindo. Quero agradecer principalmente ao Toninho por acolher essa necessidade que todos nós temos. Estou falando em relação a cidadãos, crianças; enfim, à população em geral que precisa ter acesso às bibliotecas, a livros.

Lógico que, como eu comentei anteriormente, as bibliotecas não são apenas espaços de leitura, são muito mais que isso. Como a Katia também já comentou, elas fazem, obviamente, a mediação cultural, cumprem a alfabetização informacional, mas, também, a questão do acolhimento, que tem sido esquecido. Porque, em primeiro lugar, ela é um espaço social; e se é um espaço social, deve inclusive propiciar essa convivência social.

Por isso trago sempre a pergunta: como é que isso está acontecendo dentro da Secretaria de Educação? Lógico que, quando se fala em fábricas de leitura, quando se fala em bosques de leitura, o nome que for, elas deveriam ter todas essas questões organizadas para

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 30 DE 44

esse objetivo. Eu sinto que isso já aconteceu há algum tempo atrás, atualmente não tem acontecido. É um sentimento que eu trago, e não é apenas um sentimento, porque a pesquisa comprova isso.

Então, a gente precisa, obviamente, ter algumas ações efetivas para que isso seja mudado. Uma das questões que inclusive eu já conversei com o Toninho e com a Ana seria talvez montar o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares. Isso seria uma mudança muito grande. Obviamente, não é de uma hora para outra. Existe já o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e se tem lutado, aqui em São Paulo, em prol do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares. Mas, agora, o Toninho também tem essa pretensão. Eu estou dando até um *spoiler*. Toninho, mas acredito que o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares seria uma das soluções.

Sobre essa outra questão que a Lucimeire trouxe, eu entendo o que o Toninho colocou: que tem que se tomar cuidado com quem entra ou sai das bibliotecas. Concordo totalmente. Mas, nessa questão, não tem como a gente fazer uma fiscalização e avisar antes. A fiscalização não funciona assim. A gente pode até conversar, obviamente, sem problema algum; mas a fiscalização de qualquer órgão funciona como uma polícia, e polícia não avisa antes quando vai chegar a algum lugar. Isso a gente também precisa acertar. Então, são essas as questões que eu trago, que acredito sejam extremamente relevantes para o cidadão.

Eu acho que, em primeiro lugar, a gente tem que dar conta para os cidadãos, porque são eles e nós que pagamos os impostos.

Eu trabalhei bastante tempo no Governo Estadual, sendo eu patroa de mim mesma, porque eu tinha que fiscalizar o que eu estava fazendo dentro do Governo do Estado, então são questões que meio que se repetem.

Em primeiro lugar, como é que esse cidadão está sendo acolhido dentro desses espaços? Eu sinto que quase não existe esse acolhimento, então a gente precisa de ações efetivas para que isso ocorra.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Regina. Agora a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 34

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 31 DE 44

gente vai voltar para a Mesa e cada um comenta um pouco o que foi na sua seara. Quero comentar o seguinte: da minha parte, o Ender falou do concurso, o último concurso foi do Haddad. De lá para cá, não houve concurso. É muito tempo sem concurso. O Prefeito falou que não tem ainda nada, sem edital, isso ou aquilo. E a gente, com certeza, em outros mandatos, estaria acionando, com ofício, cobrando.

É claro, isso não é nem perto do ideal, do mínimo. Mas, sendo bem objetivo, a gente tem que lutar para sair um edital, depois lutar para chamar mais do que está no edital, porque também se a gente for brigar pelo número de vagas vai passar o século e a gente não vai ver nem com esse Prefeito, nem no próximo. Então, o importante é a gente lutar para sair o edital e, depois, lutar para chamar mais que o edital. É uma briga por dia, matar um leão por dia, eu acho que é esse o caminho que a gente deveria trilhar.

Eu também não entendi direito se seria só para Secretaria Municipal de Cultura ou se também seria para Educação, eu não sei se a Sra. Lucimeire saberia nos informar. Quem gostaria de falar primeiro?

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Eu vou falar, porque acho que as perguntas foram mais focadas para a nossa atuação. Sobre os concursos, é a Secretaria de Cultura que organiza o concurso dos bibliotecários, então não é um edital da Secretaria Municipal de Educação.

O nobre Vereador tem toda a razão quando fala que é uma abertura, que sempre quando a gente planeja concurso, a gente vê quantas vezes vai chamar em cima dos aprovados, e nunca são 50, e só os 50 são chamados. Isso sempre é previsto no edital. Mas não é o edital que sai da Secretaria Municipal de Educação, é da Secretaria de Cultura.

Como a gente tem essa parceria próxima, porque os CEUs têm as três Secretarias atuando, a gente pode ver melhor como estão esses encaminhamentos do concurso e, numa próxima oportunidade que a gente tiver para conversar ou que o Vereador nos acionar, a gente pode ter mais respostas.

Eu queria corrigir uma coisa: eu não falei que a gente não sabia da lei, não falei. E

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 32 DE 44

quando eu disse da atuação de combinar é da fiscalização, que não tem bibliotecário porque não está constituído como uma biblioteca com bibliotecário.

O Conselho tem esse papel de fiscalização, mas fiscalização de Tribunal de Contas e de tudo quanto é lugar ele oficia que vai acontecer. Então, o Conselho está ali para garantir as questões dos profissionais que estão atreladas a ele. E é por isso que a gente diz assim: se na sala de leitura hoje não tem bibliotecários, tem professores, qual seria a atuação do Conselho, ele vai fiscalizar quem?

Essa foi a nossa interpretação lendo o que é o papel dos Conselhos. E, se a gente tivesse alinhado antes o que se esperava e tal, a gente não teria respondido nem orientado. Como eu falei, o Conselho Regional de Educação Física está nas escolas e fala com os profissionais de educação física. Agora, se eu não tenho bibliotecário lá, como que eu vou dizer que tem uma atuação? Como que a gente alinha os propósitos e comunica as escolas?

O supervisor escolar tem um olhar de acompanhamento da escola, ele não vai avisar: “Olha, prepara o caminho que eu estou chegando”, mas todo mundo sabe que tem uma rotina. Então, foi disso que o Vereador sabiamente falou e que a gente está explicando como que a gente oficia.

O nosso entendimento pode ser equivocado, mas a gente pode discutir e entender melhor, porque a gente foi na legislação e na pesquisa de qual seria o papel dos Conselhos em relação à atuação, à qualidade e ao amparo, para as condições de trabalho do bibliotecário.

E quando eu falo da legislação é porque apareceu aqui que as salas de leitura foram criadas para não cumprir a lei, e o que a gente traz aqui na história da rede não foi isso: As salas de leitura foram criadas bem anteriormente à lei.

Está se defendendo aqui que seja feita uma adaptação e que se transforme tudo em bibliotecas escolares. A gente está falando de outra coisa, mas a gente não pode dizer que o município criou as salas de leitura para burlar a legislação, porque é um projeto bastante anterior à legislação.

E quando se trata de mediação de leitura, a gente entende e a gente reconhece, a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 36

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 33 DE 44

gente tem bibliotecários na rede, como a gente tem nos CEUs, a gente sabe da atuação, mas a gente não pode dizer que os nossos professores, os diversos professores, inclusive os que trabalham nas salas de leitura, não conseguem fazer mediação de leitura. Esta é uma indicação séria, como se só os bibliotecários conseguissem fazer mediação de leitura. Talvez tenha uma especificidade do trabalho nessa articulação toda que vocês estejam defendendo.

Desde o começo, o que a gente está querendo dizer é que a gente não está contrapondo os papéis e os serviços. Mas eu não posso dizer que os nossos estudantes recebem livros e eles não têm mediação nenhuma.

É interessante que vocês acompanhem, sim, os trabalhos de sala de leitura para vocês verem o tamanho do trabalho de mediação, tanto nesse acesso às crianças, no dia a dia, quanto nos projetos de contraturno escolar, que são criados para vários tipos de mediação: clubes de leitura, as nossas academias estudantis de letras. Sem mediação do professor o trabalho não avança. Esse ponto é bastante importante para a gente, mais uma vez, sair dizendo que está contrapondo as atuações.

Sobre a catalogação, a gente não trabalha com isso mesmo. O que a gente faz é uma organização de acervo, de acordo com a proposta pedagógica da unidade. O nobre Vereador está trabalhando no sistema de bibliotecas escolares, na regulamentação disso, e a gente quer muito participar de tudo isso para pensar na catalogação ou na organização, de acordo com os propósitos pedagógicos que têm uma sala de leitura, no dia a dia; ou se avança para ser uma biblioteca escolar. Qual é essa relação da criança com o livro, a organização das crianças com o livro, dentro de um espaço que atende cotidianamente?

Também foi dito que as crianças não podem levar os livros, que é tudo ocupado com aula.

Nós temos, sim, os tempos reservados a um empréstimo, a organização do empréstimo, que as crianças levem livros para casa nesse acervo que já foi previsto como não patrimonial para a gente não ficar falando: “você levou, agora você tem uma megarresponsabilidade com isso” e tirando esse acesso das crianças.

Mas, nessa relação do livro, como consumível, como parte da vida da criança, ele deixou, há um tempo, de fazer parte de patrimônio, porque os livros tinham número de patrimônio e, hoje, eles são consumíveis, por isso todo esse trabalho de renovação do acervo permanente, para que a criança não fique com essa carga, no caso de acontecer alguma coisa com o patrimônio. Como é que a gente vai dialogando com ela? É um processo formativo. Ela precisa, primeiro, como bem disse o nosso colega que trouxe essa experiência linda do que é ser bibliotecário – muito desse gosto de escolher profissões nessa área ou outra que vai lidar diretamente com a literatura e com os livros constantemente, vem dessa coisa que vai sendo construída.

O nosso trabalho é nesta construção: numa educação permanente, que as crianças tenham oportunidades diárias com isso.

Então, a gente está presente porque quer construir, realmente, uma coisa junto, mas as atitudes que a gente vem tendo agora não são de desconhecimento da lei e, também, não são de contraposição, mas são o percurso que a rede vem construindo até agora, e a gente, lógico, tem todo o interesse de caminhar junto para fazer o que for melhor para constituir as melhores experiências de leitura, como falei no primeiro item da minha fala.

Só não quero que fique registrado que a gente falou de desconhecimento da lei, porque eu tenho responsabilidade com isso. Eu sou supervisora da rede municipal e a gente lida muito com a legislação. A gente sabe disso, mas como se constroem as possibilidades a partir da legislação que a gente tem sem negar o percurso que a rede já tem?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Antes de passar para a próxima, eu queria até falar um pouco sobre isso.

Eu visito muitas unidades escolares, então, passo pela sala de leitura. Se eu for falar da qualificação dos servidores, claro, eles não são bibliotecários - não é isso que eu estou falando -, mas o papel dele nem é esse. É outro. Então, posso falar para vocês que mediação acontece.

Eu acho que há outros problemas, os quais já levantei, inclusive, para a Rosemeire. Por exemplo, o servidor tem que ser designado. Então, um servidor saiu. Até para fazer o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 38

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 35 DE 44

processo de designação para outro, demora. Dessa forma, a sala de leitura ficou fechada. Se só tem um funcionário num período, no outro período, a sala de leitura está fechada. Então, é um espaço que nem sempre está aberto.

Esse processo de designação, às vezes, demora, então, esse é um problema para a gente pensar. Como se resolve isso? Um outro problema que acontece é o seguinte: agora, no último período ainda se construíram algumas escolas, mas a gente ficou um bom tempo sem construir escola nenhuma.

Essa questão do estado, por exemplo, de mudar e fazer PEI nas unidades, isso ou aquilo, acabou com alguns turnos. A criança acaba indo para onde? Prefeitura, certo? No mês de abril, por exemplo, teve criança que não estava matriculada porque não tinha vaga em escola. A Prefeitura: “Claro, é um direito da pessoa”. Chega alguém de SME na unidade escolar e vê um espaço que seja uma sala de recursos faz virar uma sala de aula. “Essa sala de leitura também pode ser usada em alguns momentos para essa outra coisa”.

Esse tipo de conflito tem. Mas por quê? Por falta de construção de escolas. Daí, tiram o pouco espaço pedagógico existente para qualidade da educação para fazer sala de aula. Esse é um outro problema.

Então, esses são os problemas que eu vejo com mais frequência que alguns outros problemas. Esses dois problemas são corriqueiros. É difícil eu visitar uma escola e não escutar isso. Em um ou dois meses de visitas, você vai escutar alguma coisa desse nível. Isso é muito forte.

A gente tenta resolver essas coisas. Eu falo para a diretora: “Não, você tem que brigar. Não vai perder esse espaço pedagógico aqui, não. A Prefeitura que se vire e construa escola”.

A gente já tem as coisas muito padronizadas. Vai ficar fazendo, cada vez mais, com que as crianças só fiquem na sala de aula? E vão fechando os espaços pedagógicos? É uma coisa que a gente não pode admitir. Por isso eu vou brigar.

Só queria complementar isso.

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 36 DE 44

Eu até acho legal os estudantes irem, num dia, conversar com a diretora, falarem: “Gostaríamos de conhecer a sala de leitura”, conversarem com um profissional que está lá, para a gente também ir entendendo, cada vez mais, o que é esse universo. Eu aconselharia o pessoal a fazer isso.

A próxima, quem vai ser?

A SRA. DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA - Só fazendo um esclarecimento que eu acho que é necessário e importante sobre a fiscalização.

Os conselhos, Lucimeire, têm leis criadoras diferenciadas. Então, modelo de educação física é um; o modelo da biblioteconomia é outro. Mas todos têm uma coisa em comum: foram constituídos e agem por delegação do Poder Público. Foi uma concessão pelo Ministério do Trabalho.

Então, nós temos três atribuições que são importantes que se digam. A primeira delas: nós temos poder de polícia. Nós podemos penalizar, disciplinar e punir. A segunda delas, nós temos o foro da Justiça Federal. A terceira delas é que nós somos auditados, fiscalizados, controlados pelo Tribunal de Contas da União. Agora, a quarta, que não está na lei, é que não dependemos de recursos públicos. Nós fiscalizamos, trabalhamos com os recursos que nós cobramos das unidades que a gente implementa para os bibliotecários.

Então, esse poder de polícia foi uma discussão muito importante com o Ministério do Trabalho, na ocasião da lei criadora dos Conselhos, porque deu essa outorga do Estado. Então, por isso que o Conselho não avisa antes. Quando ele vai no processo da fiscalização - não quer dizer, também, que ele vá lá com a intenção; eu sei, inclusive, que os Conselhos de Biblioteconomia fazem sempre uma fiscalização preventiva. Depois, essa fiscalização que autua, que procura o processo, pode chegar num TAC, pode chegar até numa ação em que o Estado ou qualquer outro empregador, se for dificultado esse processo, pode chegar numa situação de grau de recurso, pode ser encaminhado ao Conselho Federal.

Agora tem uma coisa importante – deve haver pessoas aqui formadas em Direito – mas a lei tem uma questão de hermenêutica. As pessoas interpretam a lei conforme o seu

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 37 DE 44

entendimento, as suas heurísticas que se constroem a partir disso.

Mas, no caso especificamente dos bibliotecários, é importante que se diga que a nossa Lei 12.244/2010 diz respeito à universalização das bibliotecas escolares, mas nós temos uma lei anterior, que é de 62 que é a Lei 4.084 que disciplina o exercício profissional dos bibliotecários. Essa lei é que vai discutir quais são as nossas habilidades, as nossas competências e as nossas atribuições, e é parte delas, inclusive, a catalogação - só a título de esclarecimento: eu acho que isso é importante porque tem um princípio da publicidade do Brasil que fala que todo brasileiro tem que conhecer as leis. Imagina se a gente fosse guardar todas nos nossos *winchesters* pessoais. Claro que a gente não consegue.

Mas essa legislação profissional que nos cerca tem também um Decreto 56.725/65, que disciplina também e estabelece bem o que é a atribuição de bibliotecário.

É importante também entender que, quando não se consegue avançar muito nesse processo fiscalizatório, a gente envolve outro ente que é o Ministério Público, que tem sido muito parceiro em várias situações. Eu não estou me referindo ao município de São Paulo, estou me referindo ao que se tem de arcabouço legal ao qual a gente pode recorrer.

Eu vou dar um exemplo objetivo de uma situação em outro estado sobre a biblioteca escolar. No estado de Alagoas, o Ministério Público foi fiscalizar a água da escola e se deparou com a ausência da biblioteca e com a ausência de um profissional à frente dela.

E, por último, só um esclarecimento também, que acho tão importante quanto este, é que, na ausência do bibliotecário, há penalidades, sim, para o empregador e para o leigo, inclusive pelo Código Penal. Então, é uma legislação que foi construída ao longo da história, ela é chancelada, é aprovada. E mais recentemente, nós tivemos a Lei nº 9.674/98, que prevê também que um acervo constituído por 200 títulos é uma biblioteca, porque a nossa legislação é complexa, ela é estruturada. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Só para eu entender, porque acho que a divergência está aí. Pelo que entendi da SME, se não houver o bibliotecário, não há motivo para o CRB realizar a fiscalização. Mas, pelo que você está explicando, se entendi direito,

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 38 DE 44

o fiscal pode ir mesmo não havendo o profissional, porque ele vai fiscalizar se há 200 títulos para caracterizar a biblioteca ou não, é isso? É isso que eu entendi.

A SRA. DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA - É importante dizer também que o fiscal pode vistoriar toda e qualquer unidade que se caracterize como biblioteca, independentemente de ter o profissional lá dentro. E o outro aspecto é que o Conselho não existe para defender bibliotecários; o conselho existe para defender a sociedade. Inclusive, se esse profissional não cumprir suas obrigações, há um código de ética que nós aplicamos a ele. Inclusive, está aqui o Leonardo, Coordenador da Comissão de Ética do Conselho e membro da comissão de biblioteca escolar. O que acontece é que pode haver até uma denúncia da comunidade: "Aquele bibliotecário não está me atendendo, aquele bibliotecário não faz jus ao que se preconiza como profissional". Então, há uma legislação bastante robusta.

Somos uma profissão muito antiga, temos instituições de ensino de Biblioteconomia desde 1911. A primeira escola de biblioteconomia do Brasil foi em São Paulo, inclusive na Escola de Sociologia e Política, que é um modelo muito bom para nós. Então, é só para esclarecer que há uma legislação que estabelece toda forma de como é feito o processo fiscalizatório. Inclusive, em outubro, estamos promovendo, vamos ter em Brasília um treinamento de fiscais. E estamos negociando com a Escola do Ministério Público Federal uma capacitação dos fiscais para entender como funciona essa dinâmica nos municípios. Temos uma preocupação muito grande em fazer uma fiscalização justa, dentro da legislação e sem fugir ao nosso princípio. Primeiramente a nossa ação, no caso das regiões, é fiscalizatória; e no caso do Conselho Federal, é a proposição de políticas públicas.

Eu só queria fazer esse esclarecimento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sim, sim, pelo menos, para mim, ficou mais esclarecida essa questão da fiscalização. Mas vou fazer aqui o papel de advogado do diabo.

Eu vou falar por mim, eu penso assim: eu sou Vereador, também posso entrar em qualquer escola, eu não preciso pedir permissão para a direção. Eu, Toninho, como sou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 42

REUNIÃO: 21961 DATA: 25/09/2026 FL: 39 DE 44

professor, entendo a dinâmica da unidade. Eu chego na Secretaria, converso com o ATE - Auxiliar Técnico de Educação, que fica na Secretaria - e digo: “Por favor, sou o Vereador Toninho Vespoli, queria ver a unidade escolar, mas gostaria de saber se alguém da direção está tranquilo para me receber”. Porque, às vezes, o coordenador pedagógico está atendendo um pai cuja criança ficou doente, teve febre, vomitou; ou o pai quer entender por que o filho caiu e cortou a cabeça, e o SAMU não veio buscar... Não é para o professor levar, mas ele não tem alternativa a não ser colocar a criança no carro e levá-la à UBS. Acontecem mil problemas. E a fiscalização não tem de avisar, mas quando vou fazer uma pesquisa e conversar com a direção por meia-hora, eu prefiro avisar. Se eu não aviso, sei que corro o risco de me dizerem: “Toninho, eles estão em reunião de coordenação pedagógica”. Eu não vou atrapalhar a dinâmica da escola, eu faço desse jeito.

Então, nesse sentido, é bom avisar, já que se vai conversar com muitos funcionários, fazer pesquisa, porque, às vezes, em uma escola com dois coordenadores em horários diferentes, você só tem um AD – Assistente de Direção -, um faltou porque o filho ficou doente. Estamos falando de um universo de 80 a 100 funcionários, contando com a limpeza, com tudo. É um sistema administrativo complexo, é uma empresa e a dinâmica é dura. E o pai quer resposta na hora, não dá para pedir para ele esperar meia-hora, porque ele precisa voltar ao trabalho. É uma pressão enorme.

A maioria de vocês é jovem e talvez não tenha filhos, mas a dinâmica é dura. Falo isso não para livrar a cara da educação, mas o pessoal da educação é o que mais está adoecendo entre todas as profissões, porque está uma verdadeira loucura. Às vezes não há professor substituto – para entenderem melhor -, e é preciso dividir os alunos entre as salas, faltam carteiras, vão buscar, e já foi metade da aula. Só quem vive a educação sabe o problema, o BO que é. Nesse sentido, acho de bom-tom avisar antes de visitar. Por exemplo, vamos visitar 100 escolas, se vocês puderem passar um recado às escolas, conversar antes com o diretor. E mesmo fazendo isso poder ter um BO, e no dia pode haver um problema e o diretor não conseguir te receber.

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Nós conhecemos os procedimentos fiscalizatórios. Em nenhum momento falei para avisar a escola para ela se preparar. Dei o exemplo do que acontece com o TCM, ele faz auditorias e ele possui um sistema aberto.

Quando alguém nos liga dizendo que há um fiscal na porta, verificamos se há um procedimento aberto, com ofício autorizando a entrada. Todos esses são os cuidados, como bem falou o Vereador. E nós falamos: tem procedimento aberto? Temos conhecimento? Porque tem procedimento aberto, com ofício é autorizada a entrada. Esse tipo de comunicação, que para outros equipamentos pode não parecer relevante, na educação é essencial pela segurança das crianças devido às tantas estratégias que as pessoas usam para acessar criança. Se qualquer pessoa entra e acontece algo, quem responde é quem autorizou a entrada. Então tem de estar devidamente documentado. E se sabemos que há um procedimento aberto de pesquisa, quando entram em contato nós falamos: “Sim, está com o ofício?” E autorizamos a entrada. Nesse entendimento, o papel do conselho fica claro, e os diálogos sempre ajudam a aprofundar a interpretação da atuação e não tem problema.

O importante é zelar pela vida das crianças e evitar qualquer desconforto a elas, porque quem responde diretamente é o diretor ou a pessoa que deixou entrar na escola. Então, é o cuidado com a vida e com o direito à formação. O nosso primeiro compromisso é com a vida que nos foi confiada para ser cuidada durante o período escolar. Por isso defendo o alinhamento de condutas, para que possamos proteger. A Escola que Protege não é só um título de programa, é uma coisa que vivemos e precisamos viver todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A última oradora é a Sra. Ana.

A SRA. ANA CLÁUDIA MARTINS – Agradeço a todos pelas posições e pelas falas. Agradeço também à Mesa.

Esse é o nosso último ano de gestão, mas já vamos deixar uma demanda para a próxima. É o que eu sempre falo: segurar na mão da Secretaria de Educação. Na verdade, não queremos brigar com ninguém, queremos construir juntos. E repito, como a presidenta falou: nós

dos Conselhos estamos para a população, para a sociedade. Quem vai sair ganhando com o trabalho do bibliotecário junto dos professores são os alunos.

Então eu queria complementar a fala de algumas pessoas que estiveram aqui, como a Kátia, que falou sobre a questão do acervo. Qual é o objetivo de organização de acervo? É recuperar informação. Eu estou falando bem tecnicamente. Nós tratamos a informação para ela ser disseminada aonde vai gerar o conhecimento e, quando gera esse conhecimento, isso é libertador. E esse papel é do bibliotecário.

Quando se fala em mediação, sim, nós fazemos mediação de leitura, mas não só; fazemos mediação de pesquisa, onde ensinamos o aluno a pesquisar, entender o que ele está lendo, entender se aquela fonte que ele está pesquisando é confiável, ainda mais num mundo em que vivemos inundados de *fake news*. E é esse o papel que bibliotecário tem: de norteador, de formação dos alunos. E esse trabalho, dentro das bibliotecas escolares, é feito em conjunto com os professores.

Sobre a atuação dos bibliotecários nas escolas, também quero trazer a questão da Lei 10.639, de 2003 e a Lei 11.645, de 2008, que trazem a questão da obrigatoriedade das literaturas africana e indígena dentro das escolas. Hoje, quando perguntamos: “Quais são os escritores negros?”, não se sabe. Então, também atuamos, junto aos professores, na curadoria do acervo.

Uma coisa que nós temos e que é regulamentada na nossa profissão é a pesquisa do seu usuário, a pesquisa da sua comunidade, para saber se a biblioteca está interagindo com o seu público. Como nós temos várias escolas, os públicos são distintos. Por mais que sejam escolares, eles têm as particularidades da região que eles vivem. E isso nós fazemos.

Dentro dessa pesquisa que nós fazemos para entender o mundo do nosso leitor, também trazemos a questão da formação de coleção. Isso também é pertinente da área do bibliotecário e é uma construção feita em conjunto com o corpo pedagógico. A Gisele fez um trabalho recentemente na escola dela com editoras e professores discutindo o projeto pedagógico.

Então, é muito amplo e não é um trabalho somente do bibliotecário; é do bibliotecário, do professor, do diretor da escola. Enfim, é um trabalho coletivo que vai resultar na melhoria da interação do acervo com a sua comunidade.

E para finalizar, quando você falou: “Não, nós não queremos burlar a lei”, por que eu falo isso? Desses seis anos que eu estou presidenta do Conselho, a coisa que eu mais escutei foi: “Eu coloco sala de leitura para não ter biblioteca”. Eu não vou citar o nome, é uma pessoa que tem um peso muito importante dentro do nosso estado. Era uma reunião com vários presidentes e presidentas de várias autarquias e eu falei das bibliotecas escolares, da lei, enfim, tudo o que eu estou falando aqui de melhoria para a população, eu falei também para essa pessoa. Eu não tive oportunidade de réplica. Ele falou assim: “É, existe lei que não pega e essa lei não pegou, né? Eu fui Prefeito da cidade X, eu colocava a sala de leitura para não ter biblioteca”. Então, desses seis anos que eu estou na frente do Conselho, foi o que eu mais escutei. E falar que não tem dinheiro, que tem o Fundeb e falar que a lei não pega. Se eu tivesse a oportunidade de falar, falaria: “Desculpa, não existe lei que não pega, existe lei que não é cumprida. E sinto informar que o senhor foi infrator”.

Então desqualificam a lei, desqualificam o nosso papel de profissional, desqualificam o benefício que as bibliotecas escolares vão ter para a população.

E eu asseguro, com toda a certeza do mundo, se as prefeituras investirem em bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, os números da Segurança vão diminuir, vai diminuir o número de pessoas presas.

Eu frequentei muitas periferias. Meu ex-marido é *rapper* e eu andei as periferias de São Paulo com um movimento *rap* e conheci muitos manos que flertaram com a criminalidade. A rima, a literatura e o livro os tiraram desse caminho.

Então, é esse o papel que nós temos nas bibliotecas, junto dos bibliotecários e junto da comunidade – a comunidade dos alunos, a comunidade da região da escola e a comunidade acadêmica, a comunidade dos professores.

E aí eu venho de novo querer mesmo segurar a mão: “vamos embora, vamos construir isso juntos”. É isso que nós queremos. Nós não queremos ir para julgamento e multar. Provavelmente ganharíamos, mas vamos ganhar só dinheiro, não vamos ganhar o benefício para a população. Esse é o nosso ponto. Queremos estar juntos, lutando por uma construção cultural, intelectual, social e de cidadania da população.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Gente, o PL que nós mais estamos falando sobre é o de n.º 461/2025. Anotem na cabeça. Vocês podem pesquisar no Google e acessar o projeto.

Os estudantes que quiserem colaborar com o projeto, é só entrar no *site* da Câmara Municipal e procurar “Vereador Toninho Vespoli”, porque lá tem os contatos e o *e-mail* para o qual vocês podem enviar as sugestões. Até votar em segunda votação, podemos modificá-lo.

E a Secretaria Municipal também, se quiser, até porque tem experiência nisso. “Toninho, esse artigo vai inviabilizar, desse jeito não tem condição de implementar”. Estamos muito abertos para modificar em cima da realidade, porque buscamos o ideal, mas temos que fazer o possível.

O CRB já colaborou e se a universidade quiser colaborar, estamos abertos.

Eu acho que tem que ser um projeto da sociedade.

A SRA. ANA CLÁUDIA MARTINS – Dentro disso que você está falando, Vereador, eu acho que poderíamos até propor um grupo de trabalho para ler com as escolas e com a Secretaria – que eu acho que é essencial estar nessa construção –, e poder construir melhorias se precisar no PL. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vamos pensar nisso sim, vamos pensar como encaminhamos isso, está bem?

Bom, não havendo mais nada a ser tratado, queria agradecer a presença de todos e todas, dos alunos, dos estudantes, do corpo acadêmico, da Secretaria.

Nem anunciamos a Elisangela, Lucimeire.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 47

REUNIÃO: **21961** DATA: **25/09/2026** FL: **44** DE 44

A SRA. LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA – Está aqui a nossa diretora de currículo, a professora Elisangela, e é dentro da área dela que temos o Núcleo de Leitura e Literatura, que trabalha com a formação permanente dos nossos professores orientadores de sala de leitura.

Obrigada, Elisangela.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Queria também agradecer aos funcionários da Casa.

Não havendo mais nada a ser tratado, encerramos esta audiência pública.

Obrigado.